

SERVIDOR

Paloma Savedra



ESPERA SEM FIM. Boa parte do funcionalismo municipal do Rio segue aguardando o crédito do 13º. Na quarta-feira, o governo quitou para quem ganha até R\$ 3 mil. O cenário fiscal não indica boas perspectivas para o restante dos servidores.

■ **site:** www.odia.ig.com.br/colunas/servidor

■ **e-mail:** paloma.savedra@odia.com.br

Decisão do STF garante pagamentos em dia

O Estado do Rio consegue ‘respirar’ aliviado agora sob a vigência do Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Na prática, a medida assegura o pagamento em dia dos salários dos servidores — até segunda ordem — e a manutenção da máquina pública. A garantia de permanência no regime foi dada por liminar do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux, na última quinta-feira.

Se o governo não tivesse judicializado a questão, estaria fora do RRF e sofreria bloqueio de mais de R\$ 7 bilhões em suas contas nesses dias, o que inviabilizaria os serviços públicos de imediato.

Na verdade, o Rio foi surpreendido neste mês de dezembro com a mudança repentina de entendimento da Secretaria do Tesouro Nacional sobre a continuidade do acordo de recuperação fiscal.

O órgão federal informou que o estado fluminense foi excluído do regime, diferente do que havia sido acordado entre o ministro da Economia, Paulo Guedes, o governador em exercício, Cláudio Castro, e o secretário de Fazenda, Guilherme Mercês, em 3 de setembro.



Cláudio Castro e Paulo Guedes se reuniram em setembro, em Brasília

ACORDO EM SETEMBRO

De quatro a seis meses de folga

■ Na reunião realizada em Brasília, em setembro, Cláudio Castro foi avisado por Guedes expressamente sobre a garantia de permanência do Rio no RRF no período de quatro a seis meses. Pela legislação, o fim do primeiro período de regime

(três anos) terminaria naquele mês. A equipe econômica da União informou então que o estado ganharia esse tempo, até que o martelo fosse batido em definitivo. Porém, no início deste mês, o Tesouro comunicou o fim da recuperação fiscal.

Bastidor: cobrança de ajustes duros

► O que motivou essa mudança de posicionamento da Secretaria do Tesouro Nacional vem sendo questionado nos bastidores — em Brasília e no Rio. Há quem afirme que se trata de interferência política. E outros apontam uma mão mais pesada da União na cobrança de ajustes fiscais pelo estado fluminense.

Fato é que governos locais, como Goiás, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, tentam aderir à recuperação fiscal. E o anúncio de extensão do RRF do Rio desagradou a alguns. Governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM) chegou a reclamar publicamente da resistência do Tesouro a ajudar seu estado, enquanto, segundo ele, o governo fluminense foi beneficiado com mais tempo sob a vigência do acordo.

ADICIONAL NOTURNO

PL garante benefício a policiais

■ Os policiais civis do Estado do Rio de Janeiro poderão ganhar adicional quando trabalharem no período entre 22 horas e 5 horas (da manhã). A medida é prevista no projeto de lei 3.471/2010 em tramitação na Assembleia Legislativa (Alerj).

De autoria do deputado Marcio Gualberto (PSL), o texto propõe alteração na lei de reestruturação do quadro permanente da corporação

para acrescentar o adicional de 20% de remuneração ao trabalho noturno.

Na justificativa, o parlamentar apresenta recente julgamento do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) que, no dia 15 de dezembro, decidiu que os policiais civis têm direito ao percentual. A ação foi movida por dois peritos da instituição.



Autor justifica a proposta apontando recente decisão do TJRJ

ATÉ 2029

Folga de caixa de R\$ 52,5 bilhões

■Independentemente das possíveis divergências políticas ou técnicas, agora o governador em exercício do Rio, Cláudio Castro, buscará a prorrogação do regime fiscal. No entanto, diante do novo prazo, que passa a ser de até 10 anos,

como previsto no PLP 101/20 (ainda não sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro). Se houver aval da União ao texto e à extensão do RRF, o Rio deixará de pagar R\$ 52,5 bilhões em dívidas com a Secretaria do Tesouro Nacional até 2029.

NAS BANCAS

R\$ 2,50

ODIA Pets

O JORNAL DO MUNDO PET PRA TODA FAMÍLIA LER E CURTIR!

CURIOSIDADES COM TUDO SOBRE O DIA A DIA DO SEU BICHINHO, ESPAÇO LÚDICO PARA ENTRETER E DIVERTIR, MUITA INFORMAÇÃO E SERVIÇOS DO MUNDO PET.

MATÉRIAS E DICAS

Bicho

DESENHOS PARA COLORIR

FRAZÃO

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Ano Claudia Carreira Campos Frazão, Leiloeira inscrita na UNIFESP sob o nº 836, com escritório à Rua da Mooca, 3.547, Mooca, São Paulo-SP, devidamente autorizada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) sob o nº 00.701.950.001-04, com sede na Praça Almirante Espíndola de Souza Aguiar, n° 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo-SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra do bem imóvel, empenhado com Garantia de Alienação Fiduciária, Avencas das nº 10.141.892.937, no qual figura como Fiduciária EVELINE PERON ANGELO, CPF 144.534.128-99, levara a PUBLICAÇÃO DO Edital de Moeda Presente e Nome, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 2º parágrafos, no dia 07/07/2021, às 15h30min, em PRIMEIRO LEILÃO, com lance mínimo igual ou superior a R\$ 1.726.827,22 (Um Milhão Setecentos e trinta e seis mil Quatrocentos e Vinte e Nove Reais Centavos), o imóvel objeto da matrícula nº 12.627 de 9º Registro de Imóveis da Comarca do Rio de Janeiro/RJ, com a propriedade consolidada em nome da grãder fiduciária constituído por: RUA Engenheiro Alexandre Coutinho (A-07), área de 0,0094945 do lote único da quadra 10 PA-33.718, e benfeitorias relativas ao lote 804 do Bloco 2 do edifício ali construído sob o nº 300, com diâmetro as duas vagas localizadas indistintamente no 1º ou 2º subsolo; Fregeusa - Jacapaguá, Inscrição FRET nº 1.368.085-5 (MP) CL 15.462-4, Características e Condições - Lote com formato de um polígono irregular com área de 329,91m² apresentando testada principal de 147,50m para a Avenida B, cujo ponto inicial de referência, a esquerda da testada, está dista 413,00m do alinhamento da faixa do Dominio da Avenida das Américas, medidos ao longo do eixo da Avenida C, querendo essa que dista 4.949,74m do marso inscrito no centro da ponte sobre o Canal de Magalhães, medidos ao longo da Avenida Américas, prosseguir um arco de curva com comprimento de 14,65m raio de 7,00m e ângulo de 120°, prossegue em testada para a Rua K com intersecção de 80,11m, prossegue em testada para a rua B com extensão de 74,00m, cujo alinhamento faz com o anterior um ângulo interno de 120°, prossegue em testada para a rua B com uma extensão de 80,11m, cujo alinhamento faz com o anterior um ângulo interno de 120°, prossegue em arco de curva com comprimento de 14,67m raio de 7,00m, delimitado de 120°, retornando ao ponto de origem de referência acima descrito; Ous, Copacabana, Desocupação por conta do adjudicatário, nos termos do art. 24, da Lei nº 9.514/97, caso não haja lote em primeiro leilão, foi desde a desocupação a R\$ 1.109.708,67 (Um Milhão Cento e Nove Mil Setecentos e Oito Reais e Sessenta e sete Centavos). Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.frazao.com.br, e se habilitar apresentando a planilha deste leilão, clicando na opção HABILITAÇÃO, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceites habilitações após esse prazo. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do www.leilao.frazao.com.br, respeitado o lance inicial e o incremento mínimo estabelecido, em qualidade de condições com os participantes presentes no auditório do bloco de moeda presente, na eventualidade pelo leilão da Avenida será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que o imóvel se encontra, e qualquer irregularidade ou necessidade de averbação de construção, ampliação ou reforma, será objeto de regularização e os encargos junto aos órgãos competentes, por conta do adjudicatário. Os (devedores) fiduciários(s) serão(o) comunicados(s) de forma do parágrafo 2º-A do art. 2º da Lei nº 9.514/97, induzido pela Lei 13.045 de 11/07/2017, das datas, horas e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico, podendo os(s) fiduciário(s) optar(em) sem concorrência de licitantes, o imóvel entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, consoante estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, pelo respectivo lote do leilão. O rematante pagará no ato, a vista, o valor total da arrematação e a comissão da leiloeira, correspondente a 5%, sobre o valor de arremata. O pagamento obrigatório neste edital, no site do leilão, calçados pa, em quaisquer outro veículo de comunicação, consideram o horário oficial de Brasília(BR). As demais condições obedecerão ao que dispõe o Decreto nº 21.381 de 19 de outubro de 1934, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.935, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. (ID PT 5661_01)

K-23.246/26/12